

Nota coletiva de apoio à Auditoria Fiscal do Trabalho

Enquanto grupo de organizações da sociedade civil que se dedicam a denunciar, visibilizar e ampliar o alcance das ações de combate ao trabalho escravo, vimos, por meio dessa manifestação, demonstrar nosso repúdio a situações, tornadas públicas em junho de 2024, envolvendo ameaças contra auditores fiscais do trabalho que atuam fiscalizando lavouras de café na região sul do estado de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que repudiamos os preocupantes índices de trabalho análogo ao de escravo, sobretudo em muitas propriedades rurais produtoras de café da região.

O estado de Minas Gerais, principal produtor mundial do grão, desponta como um dos locais com maior incidência de trabalho escravo no país. Somente em 2023, cerca de 25% (643 pessoas) de todos os trabalhadores resgatados do trabalho escravo no território nacional (3.190 pessoas) encontravam-se no referido estado, metade deles em atividades relacionadas ao cultivo do café (300 pessoas)¹.

Esses números deveriam ser motivo de vergonha a todo/a e qualquer cidadão ou cidadã brasileiro/a, notadamente aos empresários da região que correm o risco de serem vinculados a tão bárbaro crime. Passados 20 anos da Chacina de Unai, é deplorável que, ao invés de condenar publicamente aqueles que insistem em lucrar às custas da dignidade de trabalhadores e trabalhadoras, sejam feitas manifestações violentas, de ameaças e de intimidação contra agentes públicos imbuídos unicamente de cumprir com a lei.

Estamos convictos que atitudes como estas não podem ser toleradas e que a gravidade da situação exige o posicionamento do poder público em todas as diferentes esferas que compõem o Estado Democrático de Direito. Neste sentido, exortamos o Estado brasileiro a que adote todas as medidas cabíveis para reprimir duramente tais espécies de ameaças e assegurar o fiel e honroso cumprimento do dever da Auditoria Fiscal do Trabalho.

¹<https://www.sinait.org.br/noticia/21523/brasil-flagra-mais-de-3-mil-escravizados-em-2023-maior-numero-desde-2009>



Por fim, reiteramos nossa solidariedade com os auditores fiscais do trabalho, na luta e na defesa da garantia segura do cumprimento do seu ofício, e com as trabalhadoras e trabalhadores brasileiras/os, reafirmando nosso compromisso na defesa da sua dignidade.

28 de junho de 2024

Assinam:

Conectas Direitos Humanos

Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE/MG)

Business and Human Rights Resource Center

Associação Juízas e Juizes para a Democracia (AJD)